

## ANDRESSA CERONI





### PROJETO DE LEI Nº 025/2022

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, PRONTO SOCORRO E POSTO COVID, DE AFIXAR EM LUGAR VISÍVEL E ACESSÍVEL AO PÚBLICO A LISTA DOS MÉDICOS PLANTONISTAS E FIXOS E DOS RESPONSÁVEIS PELO PLANTÃO.

**GERALDINO BARBOSA DE OLIVEIRA JUNIOR**, Prefeito Municipal de Ilha Comprida, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **FAZ SABER**, que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

- Art. 1º Ficam as Unidades Básicas de Saúde, Pronto Socorro, Pronto Atendimento e posto Covid, obrigados a divulgar, em local visível e de fácil acesso ao público, especialmente, nas entradas principais dos pacientes, a lista com nome completo dos médicos plantonistas e fixos do Município de Ilha Comprida.
- **Art. 2º** Da lista que se refere o artigo anterior, deverão constar o registro profissional, especialidade, bem como nome dos responsáveis administrativos e dos médicos que respondem pela chefia do plantão, além dos dias e horários dos plantões.
- Art. 3° O eventual descumprimento das obrigações estabelecidas na presente Lei sujeitará o infrator as mesmas sanções administrativas previstas no art. 56, da Lei Federal nº 8078, de 11 de setembro de 1990.
- **Art. 4º** As escalas médicas também devem ser disponibilizadas para consulta dos Órgãos Fiscalizadores.



# ANDRESSA CERONI





**1** (11) 997101348

**Art.5º** Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo partir da data de sua publicação.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário dos Emancipadores, 08 de Fevereiro de 2022.

Andressa Marques Ceron

VEREADORA – PL



## **ANDRESSA CERONI**





## **JUSTIFICAÇÃO**

O referido Projeto de Lei visa garantir o acesso a informação previsto no inciso XXXIII do art. 5º e no inciso II do 3º do art. 37 da CF/88.

Além do que é de relevância publica as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Publico dispor sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, nos termos da Lei conforme dispõe o art. 197 da CF/88.

No mais, está de acordo com o que estabelece o Código de Ética Medica, em seus artigos:

- **Art. 7º** Deixar de atender em setores de urgência e emergência, quando for de sua obrigação fazê-lo, expondo a risco a vida de pacientes, mesmo respaldado por decisão majoritária da categoria.
- **Art. 8º** Afastar-se de suas atividades profissionais, mesmo temporariamente, sem deixar outros médicos encarregado do atendimento de seus pacientes internados ou em estado grave.
- **Art. 9º** Deixar de comparecer a plantão em horário preestabelecidos ou abandoná-lo sem a presença de substituto, salvo por justo impedimento.

**Paragrafo único:** Na ausência de médicos plantonista substituto, a direção técnica do estabelecimento de saúde deve providencias a substituição.

**Art. 33** – Deixar de atender paciente que procure seus cuidados profissionais em casos de urgência ou emergência, quando não haja outro medico ou serviço medico em condições de fazê-lo.

E ainda, como princípio fundamental, inerente a atividade médica, este deverá empenhar-se-á em melhorar os padrões dos serviços médicos, e em assumir sua responsabilidade em relação à saúde publica, à educação sanitária e à legislação referente à saúde, conforme dispõe o capítulo 1, inciso XIV do código de Ética. Medica – Resolução nº 1931/2009.



### **ANDRESSA CERONI**







A falta de médico, tem prejudicado o atendimento em todo o Brasil. A situação se repete em todos os Pronto Atendimentos, filas enormes, corredores lotados e em alguns lugares o mau atendimento. Os usuários do sistema público de saúde reclamam muito da falta de médicos plantonistas e fixos, no Pronto Atendimento, Pronto Socorro, UBS e Posto Covid.

Ninguém sabe dizer ao certo quantos médicos estão cumprindo a escala de plantão e quantos simplesmente faltaram. Os pacientes sofrem com a demora e com a falta de previsão de atendimento.

Ademais, com a obrigatoriedade da divulgação da escala dos plantonistas e dos nomes dos responsáveis, administrativo e médico, será possível fazer o acompanhamento e ainda fiscalizar a atuação desses profissionais, visando a transparência dos serviços prestados. Dessa forma será possível também melhorar a comunicação entre os responsáveis da saúde, profissionais da área médica e a sociedade em geral.

Com certeza, a presente proposição irá assegurar direitos para todas as partes, ou seja, cidadãos, profissionais e gestão de saúde.

Desta forma, com a finalidade de informar e proteger os milhões de usuários da Rede Pública de saúde, solicitamos aos nobres pares a aprovação desta proposição.

Plenário dos Emancipadores, 08 de Fevereiro de 2022.

Andressa Marques Ceroni

**VEREADORA - PL**